

# Sumário

<b>Agradecimentos .....</b>	<b>VII</b>
<b>Lista de abreviaturas e siglas.....</b>	<b>IX</b>
Abreviaturas .....	IX
Siglas .....	IX
<b>Apresentação .....</b>	<b>11</b>
<b>Prefácio .....</b>	<b>15</b>
<b>1 Regime geral de responsabilidade no Direito brasileiro .....</b>	<b>23</b>
1.1 Responsabilidade subjetiva e responsabilidade objetiva.....	27
1.2 Elementos da responsabilidade civil .....	30
1.2.1 Culpa .....	31
1.2.2 Dano.....	33
1.2.3 Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade.....	35
1.2.4 Nexo causal .....	36
1.3 A responsabilidade de terceiro ou fato de outrem no Direito brasileiro .....	40
1.3.1 Ato de terceiro.....	40
1.3.2 Fato de outrem.....	41
1.4 A responsabilização dos agentes públicos.....	49
1.4.1 Responsabilidade subjetiva .....	56
1.4.2 Responsabilidade objetiva.....	57
1.4.2.1 Responsabilidade por ato de terceiro .....	58

1.4.2.2 Responsabilidade objetiva do estado .....	61
1.4.3 Teoria do risco administrativo.....	64
<b>2 Os limites legais da relação jurídica dos atos do prefeito e dos secretários municipais .....</b>	<b>67</b>
2.1 Autonomia municipal e organização administrativa.....	67
2.2 O regime jurídico constitucional do prefeito e do secretário municipal.....	71
2.2.1 Do foro de prerrogativa de função .....	74
2.2.2 Da competência.....	78
2.2.3 Das atribuições do prefeito.....	81
2.2.4 Das atribuições dos secretários municipais .....	82
2.3 O instituto da delegação de competências no âmbito municipal e a responsabilidade do prefeito.....	83
<b>3 Os princípios fundamentais do regime sancionador da lei de improbidade administrativa e os requisitos para responsabilização .....</b>	<b>87</b>
3.1 A probidade administrativa exigida dos agentes políticos.....	87
3.2 Os atos de improbidade e suas espécies .....	96
3.2.1 Atos de improbidade administrativa que implicam enriquecimento ilícito .....	98
3.2.2 Atos de improbidade administrativa que implicam um prejuízo ao erário .....	100
3.2.3 Atos de improbidade administrativa decorrentes de concessão ou aplicação indevida de benefício financeiro ou tributário.....	102
3.2.4 Atos de improbidade administrativa que implicam violação aos princípios da Administração Pública.....	103

3.3 Dos princípios fundamentais do regime sancionador da lei de improbidade administrativa.....	104
3.3.1 Sanções da Lei de Improbidade .....	105
3.3.2 Princípio fundamental da presunção de inocência ....	111
3.3.3 Princípio fundamental da individualização da pena .....	114
3.3.4 Do elemento subjetivo na ação de improbidade: voluntariedade e culpabilidade.....	117
<b>4 Eventual responsabilidade do prefeito pelos atos de seus secretários .....</b>	<b>123</b>
4.1 Levantamento jurisprudencial e a divergência de entendimentos no ordenamento jurídico brasileiro .....	128
4.1.1 Entendimento nos tribunais de 2ª instância e Superior Tribunal de justiça .....	130
4.2 A divergência jurisprudencial na improbidade administrativa e os reflexos no instituto da segurança jurídica .....	132
4.2.1 Enriquecimento ilícito.....	134
4.2.2 Dano ao erário.....	135
4.2.3 Violação aos princípios da boa administração .....	137
4.2.4 Delegação de competências e a improbidade administrativa.....	142
4.3 O instituto da segurança jurídica e o ato ímprobo no âmbito da Administração Pública municipal .....	146
<b>Conclusão .....</b>	<b>151</b>
<b>Referências.....</b>	<b>155</b>
<b>Apêndice .....</b>	<b>169</b>